

ANÁLISE CRÍTICA DO ENQUADRAMENTO DOCTRINÁRIO DO “GUERREAR INFORMACIONAL” E DAS “OPERAÇÕES DE INFORMAÇÃO” NOS DOCUMENTOS RECENTES DO EXÉRCITO DOS EUA

CRITICAL ANALYSIS OF THE DOCTRINAL FRAMEWORK OF “INFORMATION WARFARE” AND “INFORMATION OPERATIONS” IN RECENT US ARMY DOCUMENTS

EUGENIO DINIZ

RESUMO

Analisam-se documentos doutrinários recentes dos EUA para discussão do seu enquadramento do que chamam de “guerrear informacional” (information warfare) e/ou “operações de informação” (information operations), com base em arcabouço conceitual construído para tal fim. Mesmo reconhecendo que as exigências e constrangimentos postos para a formulação de doutrinas são diferentes das postas para a análise científica, rigorosa, conclui-se pela inadequação das formulações, e também das concepções de “guerra”, “guerrear”, “contínuo do conflito” e “contínuo de competição” a elas relacionadas. Recomenda-se cautela na utilização desses conceitos.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrear Informacional; Operações Informacionais; Doutrina do Exército dos EUA; Propaganda; Atividades Informacionais

ABSTRACT

Recent US doctrinal documents are analyzed to discuss their framework for what they call “information warfare” and/or “information operations”, based on a conceptual framework built for this purpose. While recognizing that the demands and constraints placed on the formulation of doctrines are different from those placed on rigorous scientific analysis, we conclude that those characterizations are inadequate; the same applies to the framing of the notions of “war”, “warfare”, “continuum of conflict” and “continuum of competition” related to them. Caution is advised when using these concepts.

KEYWORDS: Information Warfare; Information Operations; US Army doctrine; Propaganda; Information Activities.

O AUTOR

Professor do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC-MG). Diretor Executivo e fundador da Synopsis - Inteligência, Estratégia, Diplomacia. É membro do International Institute for Strategic Studies - IISS (Londres) e da International Association for Security and Intelligence Studies - INASIS. É pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador contratado do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (NEP-CEEEx) no ciclo 2023-2024.



1 INTRODUÇÃO

O propósito desse artigo é analisar as formulações doutrinárias mais recentes nos EUA acerca do que aparece nos manuais como “guerrear informacional” (*information warfare*) e/ou “operações informacionais” (*information operations*). Nas suas formulações mais recentes, tais termos estão associados a mudanças no entendimento das próprias ideias de “guerrear” (*warfare*), “guerra” e de “paz”, em prol de um enquadramento que considera haver um “contínuo do conflito” ou um “contínuo de competição”. Assim, analisar as concepções de “guerrear informacional” e de “operações informacionais” exigirá a discussão também da formulação doutrinária mais recente do Exército dos EUA a respeito dessas ideias. A análise exigirá também um entendimento dessas atividades informacionais e sua trajetória ao longo do tempo, até os dias de hoje. É à luz de dois panos de fundo – a teoria clausewitziana da guerra¹ e uma retrospectiva da formação do ambiente informacional contemporâneo e das atividades relacionadas às comunicações e informações – que a discussão das formulações doutrinárias mais recentes será feita.²

Por outro lado, a necessidade de clareza nas formulações doutrinárias tem que atender a uma série de considerações e constrangimentos que não se põem para quem tem a tarefa de, simplesmente, pensar com mais rigor conceitual. Embora tenham que evitar ambiguidades, as formulações doutrinárias também devem manter compatibilidade com entendimentos prevaletentes em outras forças, inclusive de outros países, sobre cujas doutrinas nossos formuladores geralmente têm pouca ou nenhuma influência. Às vezes, alguns termos e seus significados são consagrados; nesses casos, talvez os significados de termos incorporados doutrinariamente divirjam marcadamente de seus empregos na literatura de vários campos do conhecimento. Assim é, e assim deve ser.

Não obstante, um enquadramento conceitual mais rigoroso pode beneficiar fortemente os formuladores de doutrinas. Ambiguidades até então não identificadas podem ser expostas e enfrentadas mais satisfatoriamente; possibilidades de aprimoramento doutrinário podem ser identificadas; benefícios continuados podem ser produzidos pela simples consciência dos significados distintos que alguns termos têm quando empregados em contextos diferentes. É a esses tipos de contribuição que se visa nesse artigo. A pretensão de tentar definir o que é doutrinariamente “certo ou errado” demonstra desconhecimento das necessidades a que doutrinas têm que atender e das realidades que circunscrevem o trabalho de seus formuladores; além de arrogante, tal pretensão é também ignorante.

Dificuldades especiais se colocam para a tradução do termo *warfare*: (i) apesar de enfatizar, ao longo do *Da Guerra*, a distinção entre as ideias intrinsecamente decorrentes do conceito de guerra

¹ Toda a discussão a ser feita aqui o será do ponto de vista dos Estudos Estratégicos, e de nenhum outro. Isso não significa que outras perspectivas – Direito, Ética, Teoria Política, Teologia etc. – não sejam importantes; significa apenas que a ideia aqui é entender questões relacionadas à guerra a partir das suas considerações internas, ou seja, daquilo que a distingue de outras atividades humanas em termos de seus fins e seus meios, como se explicitará mais adiante. Por razões expostas alhures (Proença Jr.; Diniz; Raza, 1999), entende-se aqui que essa abordagem é mais bem tratada a partir dos conceitos e seus relacionamentos expostos originalmente por Carl von Clausewitz e, na esteira desse, por Julian Stafford Corbett – e que é a que será adotada aqui. É comum considerar-se a obra de Clausewitz como se fosse uma “filosofia da guerra” Esse entendimento é prevalente, mas equivocado. A teoria clausewitziana da guerra é uma teoria científica, e não filosófica. A respeito, v. Diniz (2010a).

² Este autor discute questões teóricas relacionadas à guerra (do ponto de vista dos Estudos Estratégicos) desde 1995, publicando regularmente sobre o assunto. Assim, algumas considerações serão apresentadas aqui de forma mais assertiva, ao estilo *magister dixit*, uma vez que fundamentá-las tornaria o artigo enorme. Os argumentos que fundamentam aquelas considerações estão nas obras do autor relacionadas na bibliografia: Diniz (2002; 2010a; 2010b); Diniz; Proença (2014; s.d.); Proença; Diniz; Raza (1999).

e as demais a ela associadas, Clausewitz não utiliza, em momento algum o termo *Kriegsführung*, equivalente alemão de *warfare*; (ii) entretanto, em função da inexistência de um equivalente claro em português, muitas expressões correntes em inglês, como, por exemplo, “*naval warfare*” ou “*electronic warfare*” são comumente traduzidas por “guerra naval” e “guerra eletrônica”, respectivamente. Esse emprego traz conotações que podem ser nocivas para o entendimento e para a execução de atividades, principalmente porque *esse efeito tende a ocorrer por derivação, sutilmente, quase inconscientemente*: sugere-se uma compartimentação da atividade bélica; e perde-se de vista que a ideia central da guerra é o enfrentamento de seres vivos buscando impor sua vontade a adversários por meio da inflicção ou do potencial de inflicção de morte ou danos severos, ou da redução da capacidade alheia de fazê-los por meio da neutralização dos utensílios necessários para infligir danos ou para proteger-se contra a inflicção de danos por outrem. Conseqüentemente, para minimizar tais efeitos semânticos, empregar-se-á aqui, de maneira expediente, a substantivação do verbo “guerrear” como tradução de *warfare*, sem que isso signifique um endosso a seu emprego em todos os casos.

2 AMBIENTE INFORMACIONAL, GUERREAR INFORMACIONAL E OPERAÇÕES INFORMACIONAIS NA DOUTRINA DO EXÉRCITO DOS EUA

2.1 DOUTRINA EM 2016-2017

2.1.1 O contínuo de conflito

Começando com uma citação clássica de Clausewitz (“*A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o oponente a fazer a nossa vontade*”), o capítulo 1 do FM 3-0 2017 (US Army, 2017) expõe a visão geral das operações do Exército dos EUA. Segundo o documento, essas respondem a ameaças aos interesses dos EUA, que ocorrem ao longo de um *contínuo de conflito*, com a paz num extremo e a guerra no outro. Ao longo desse contínuo, as operações militares poderiam ser de três tipos: *engajamento militar, cooperação de segurança e dissuasão* (típica de situações mais próximas do extremo “paz”); as *operações de combate de grande escala* (típicas de situações mais próximas do extremo “guerra”); e as *operações de resposta a crises e contingências limitadas* (mais típicas da faixa intermediária entre os dois extremos) (US Army, 2017, p. 1-1). Essas operações ocorrem em um *dado ambiente operacional* – “... *uma mistura das condições, circunstâncias e influências que afetam o emprego de capacidades e incidem sobre as decisões do comandante*” – e que inclui “*as áreas físicas dos domínios aéreo, terrestre, marítimo, espacial e do ciberespaço*”³; o *ambiente informacional*, incluindo o ciberespaço; o espectro eletromagnético; e outros fatores (US Army, 2017, p. 1-4). Por sua

³ Por razões de espaço, não é possível explorar o assunto aqui, mas gostaria de destacar que, rigorosamente falando, considero que o termo “ciberespaço” só tem sentido metaforicamente, descrevendo antes uma ilusão, uma sensação, do que uma realidade concreta, e, de forma alguma, configura um domínio no mesmo sentido dos demais; aliás, a rigor, faria muito mais sentido designar o espectro eletromagnético como um domínio, em função de seus atributos físicos. Por simplificação, e como este é o termo utilizado nos documentos doutrinários, o emprego de “ciberespaço” será mantido, mas ressalvado de que se trata, para este autor, de uma metáfora, não de um conceito, e muito menos de um domínio. Obs: Este artigo já estava quase em sua forma final quando li o livro de Rid (2013), que trata de alguns dos temas explorados aqui, de maneira bastante convergente, inclusive na crítica das ideias de *cyberwar* e outras a ela associadas (como “*cyberspace*” e deste como um “quinto domínio”), também a partir de Clausewitz, mas seguindo um caminho diferente. Limitações de espaço impedem uma exposição detida dos pontos convergentes e divergentes, mas recomenda-se aqui, enfaticamente, a leitura desse importantíssimo texto. O fato de que tenhamos chegado independentemente a conclusões semelhantes só ressalta a importância da discussão detida. Rid (2013) não examina questões doutrinárias, mas conceituais, principalmente no que concerne a “*cyber war*”.

vez, um domínio é entendido como “... *uma porção fisicamente definida de um ambiente operacional, requerendo um conjunto único de capacidades e habilidades combatentes*” (US Army, 2022, p. 1-8)⁴

2.1.2 Ambiente informacional, guerrear informacional e informações operacionais

Por sua vez, o *ambiente informacional* – que é considerado como parte inseparável do ambiente operacional, e não distinta deste – é entendido como “... o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas que coletam, processam, disseminam ou agem sobre a informação” (US Army, 2017, p. 1-6), e é composto das dimensões física, informação e cognitiva: a primeira refere-se “à infraestrutura conectiva que apoia a transmissão, recepção e o armazenamento de informação”; a segunda refere-se “... ao conteúdo e ao fluxo da informação, como texto ou imagens, ou dados que podem ser coletados, processados, armazenados, disseminados e exibidos por pessoal especializado”; e a terceira refere-se “... às mentes daqueles que são afetados por informação e agem a partir dela”, o que inclui múltiplas e distintas audiências, sujeitas a atividades de influência e de “gestão da percepção”. A dimensão informacional é que conecta as dimensões física e cognitiva (US Army, 2017, p. 1-6 a 1-7).

No ambiente informacional, o *ciberespaço* é entendido como um domínio⁵ específico, constituído por “... *redes interdependentes de infraestruturas de tecnologia da informação e dados armazenados, incluindo a Internet, redes de telecomunicações, sistemas de computadores e processadores e controladores embarcados em equipamentos.*” Já o *espectro eletromagnético*, que é a “*faixa de frequências de radiação eletromagnética que vai de zero ao infinito*” não é entendido como um domínio próprio, mas como atravessando todos os domínios, e permite a conexão “vital” entre o domínio espacial e o do ciberespaço (US Army, 2017, p. 1-7). O ciberespaço e o espectro eletromagnético fazem parte do ambiente informacional, e estão inseparavelmente ligados ao ambiente operacional.

Finalmente, o FM 3-0 2017 define “guerrear informacional” (*information warfare*) como:

“... atividade de informação (como operações no ciberespaço, guerrear eletrônico e operações psicológicas) orquestradas por uma ameaça de modo a obter vantagem no ambiente informacional. Ameaças de porte semelhante ao dos EUA⁶ realizam o ‘guerrear informacional’ em conjunto com outros métodos de modo a alcançar objetivos estratégicos e operacionais”.
(US Army, 2017, p. 1-9).

Ameaças (threats) são entendidas como “... *qualquer combinação de atores, entidades ou forças que tenham a capacidade e a intenção de prejudicar as forças dos EUA, os interesses nacionais dos EUA, ou seu território [homeland]*”, e podem incluir “*indivíduos, grupos de indivíduos, forças militares ou paramilitares, Estados-nações, ou alianças nacionais*”, ao passo que as *ameaças de porte semelhante ao dos EUA (peer threats)* seriam as ameaças que teriam recursos e capacidade para “... *se opor às forças dos EUA ao longo de múltiplos domínios, em âmbito mundial ou numa região específica em que disponham de uma posição relativamente vantajosa*”, tendo “*poder combatente*”

⁴Essa definição teve que ser obtida no FM 3-0 2022, pois o FM 3-0 2017 não apresenta uma definição de “domínio”.

⁵Para uma importante crítica da ideia de ciberespaço como um “domínio”, v. Rid (2013), principalmente pp. 164-166.

⁶O termo em inglês é *peer threats*, que, no contexto, designam “ameaças” (no sentido exposto acima, no texto) que tenham porte estratégico semelhante ao dos EUA.

(*combat power*) e “*estando geograficamente próximas em alguma área em que haja conflito com forças dos EUA*”. Ameaças podem ser *inimigos*, quando identificadas como hostis contra quem o emprego da força é autorizado, ou *adversários*, quando são potencialmente hostis, contra quem o emprego da força pode ser contemplado (US Army, 2017, p. 1-9).

De acordo com o FM 3-0 2017, essas ameaças de porte semelhante, por terem menos restrições legais que os EUA quanto à execução de atividades informacionais, obteriam vantagens iniciais pelo emprego agressivo e contínuo em toda a faixa das operações militares (US Army, 2017, p. 1-9), em conjunto com outros métodos. Os meios que as ameaças de porte semelhante ao dos EUA (só as ameaças, não os EUA) utilizariam no guerrear informacional seriam: operações no ciberespaço; “gestão de percepções”; despistamento (*deception*), guerrear eletrônico; destruição física; e segurança de operações (US Army, 2017, pp. 1-9 a 1-10).

As ameaças de porte semelhante ao dos EUA “... *realizam ‘guerrear informacional’ agressivamente e continuamente ao longo do leque de operações militares. Durante um conflito, ameaças de porte semelhante ao dos EUA empregarão ‘guerrear informacional’ em conjunto com outros métodos para alcançar objetivos estratégicos e operacionais*”, buscando “...*manipular o ambiente informacional, e empregarão todos os seus meios contra um amplo leque de audiências, tanto civis quanto militares, doméstica e internacionalmente, em apoio a seus objetivos*” (US Army, 2017, p. 1-9).

Estando bem claro nos diversos documentos que guerrear informacional é algo feito pelas ameaças, passa-se agora ao estudo das operações informacionais, que, aí, sim, podem ser realizadas pelos EUA. Operações informacionais (IO, de information operations) são definidas como “... o emprego integrado, durante operações militares, de capacidades relacionadas à informação, concertadamente com outras linhas de operação, para influenciar, perturbar de modo a interromper [disrupt], corromper ou usurpar a tomada de decisão de adversários ou de adversários potenciais⁷, ao mesmo tempo protegendo a capacidade própria” (US Army, 2016, p. 1-2). Uma capacidade relacionada à informação (IRC, de information-related capability) é “... uma ferramenta, técnica ou atividade dentro de uma dimensão do ambiente informacional que pode ser usada para produzir efeitos e condições operacionalmente desejáveis”. As IRCs incluem o despistamento militar; as operações militares de apoio informacional⁸; operações de relacionamento com a sociedade (civil affairs operations); câmeras de combate; segurança de operações (operations security); comunicação social (civil affairs); atividades eletromagnéticas no ciberespaço; guerrear eletrônico; operações no ciberespaço; operações espaciais; e operações técnicas especiais (US Army, 2016, p. 1-3).

O propósito das operações de informação é obter vantagens decisivas sobre inimigos e adversários: “... preservar e facilitar a tomada de decisão e seu impacto, ao mesmo tempo influenciando, perturbando de modo a interromper ou degradando a tomada de decisão inimiga ou adversária; obter as informações requeridas mais rapidamente e com mais precisão e clareza que o inimigo ou adversário; ou influenciar as atitudes e comportamentos de audiências relevantes na área de operações que tenham impacto nas operações e na tomada de decisões” (US Army, 2016, p. 1-4). As operações informacionais

⁷O FM 3-13 2016 não faz sistematicamente a distinção nítida entre *adversários* e *inimigos*; o contexto dessa citação deixa claro que, no FM 3-13 2016, adversário equivale ao *inimigo* do FM 3-0 2017, ao passo que *adversário potencial* do FM 3-16 2016 equivale ao adversário do FM 3-13 2017; mas o mesmo FM 3-13 2016 emprega a distinção entre amigos e adversários em outras passagens.

⁸ Expressão que, em alguns documentos, substituiu a expressão consagrada *psychological operations* – que, por sua vez, voltou a ser empregada em documentos mais recentes.

são conduzidas ao longo do “*contínuo paz e guerra*” e em todo o leque de operações militares (US Army, 2016, p. 1-5).

Alguns desses entendimentos foram modificados no FM 3-0 2022. Para os nossos propósitos, as mais relevantes são a mudança no “contínuo do conflito”, agora designado como “contínuo de competição”; e o desaparecimento do “ambiente informacional” do documento, exceto numa pequena nota⁹ em que se faz referência a outros documentos¹⁰. A expressão “*guerrear informacional*” permanece como um tipo de atividade realizado apenas pelas *ameaças* – inimigos e adversários. Essas mudanças parecem relacionadas a uma sistematização das ideias de guerra (*war*) e de guerrear (*warfare*), expostas no documento, e que não existem nas versões anteriores.

2.2 MUDANÇAS A PARTIR DE 2022

2.2.1 Guerra e guerrear

Apesar de começar com a mesma citação do anterior, o FM 3-0 2022 apresenta seu próprio entendimento da “guerra” (*war*) e do “guerrear” (*warfare*) (US Army, 2022, pp. 1-6 a 1-16): *a guerra seria “... um estado de conflito armado entre diferentes nações, entidades semelhantes a Estados [state-like entities] ou grupos armados para atingir objetivos de política [policy objectives]”, sendo sua “natureza, seus princípios e elementos consistentes ao longo do tempo”; o guerrear seria “... a condução e as características da guerra, refletem significados e mudanças em mudança” (US Army, 2022, p. 1-6), sendo afetado por “... mudanças na tecnologia, política nacional, conceitos operacionais, opinião pública, e em muitos outros fatores” (US Army, 2022, p. 1-8).*

Porém, logo em seguida, ao tratar da “natureza da guerra”, “ato de força” e “conflito armado” são sutilmente substituídos por “emprego de violência”:

“Embora o termo guerra tenha múltiplos empregos dependendo do contexto (por exemplo, a guerra às drogas ou a guerra à pobreza), é a ameaça ou emprego de violência para atingir propósitos políticos que distingue a guerra no contexto militar de outras atividades humanas. Essa distinção da conta de três elementos da visão de guerra do Exército. A Guerra é —

- *Lutada para atingir um propósito político.*
- *Um empreendimento humano.*
- *Inerentemente caótica e incerta.” (US Army, 2022, p. 1-6).*

⁹ Essa nota está na página 1-17 do FM 3-0 2022. Nela, lê-se: “**Note.** *Joint doctrine describes the components of an operational environment as the physical areas of the land, maritime, air, and space domains; the information environment (which includes cyberspace); the electromagnetic spectrum; and other factors. (See JP 2-0 and JP 5-0 for more information on describing and analyzing an operational environment from a joint perspective.)*” (US Army, 2022, p. 1-17). A expressão “*information environment*” nem sequer aparece no índice analítico, no final do documento.

¹⁰ De fato, lê-se na ADP 3-13 2023: “*Com base em mudanças na doutrina conjunta de informação [joint information doctrine], as forças do Exército [Army forces] não empregarão mais os termos operações informacionais, capacidades relacionadas à informação ou superioridade informacional. A doutrina conjunta, entretanto, ainda retém o termo ambiente informacional. O novo modelo de ambiente operacional do Exército, estabelecido no FM 3-0, não inclui mais um ambiente informacional. O termo ‘considerações informacionais’ – aqueles aspectos das dimensões humana, informacional e física que afetam como humanos e sistemas automatizados derivam sentido da informação, usam-na, atuam sobre ela e são impactados por ela – alinha-se ao termo conjunto ‘ambiente informacional’. O Exército está atualmente revisando toda a sua doutrina, incluindo o FM 3-13, de modo a dar conta dessas mudanças e do novo enquadramento [framework] de vantagem informacional do Exército*” (US Army, 2023, p. x).

Não aparecem a ameaça ou emprego da violência, o ato de força, o conflito armado; além disso, não se segue necessariamente das definições anteriores que a guerra seja necessariamente caótica e incerta (o que não quer dizer que não o seja). Essa modificação sutil tem importância em função da seguinte observação:

“(...) Entretanto, nem toda violência para ganho político causa uma guerra. Por exemplo, no atual ambiente de segurança, a China impõe níveis baixos de violência e novos tipos de violência (incluindo ataques no espaço e no ciberespaço contra governos, instituições econômicas, a indústria privada e infraestrutura) que não disparam [trigger] respostas militares significativas” (US Army, 2022, p. 1-7).

O guerrrear teria diversos métodos, mas que poderiam ser enquadrados em duas categorias mais gerais: o guerrrear *convencional* e o *irregular*. O primeiro seria “... uma luta violenta por dominação entre dois Estados-Nações ou coalizões de Estados-Nações. (...) O propósito estratégico de um Estado-Nação ao conduzir guerrrear convencional é impor sua vontade sobre um governo inimigo e evitar a imposição da vontade de um governo inimigo sobre si e sobre seus cidadãos”. O segundo é o “... emprego aberto, clandestino e encoberto de capacidades militares e não-militares ao longo de múltiplos domínios por atores estatais e não-estatais por métodos outros que não a dominação militar de um adversário, seja como abordagem primária ou em concerto com guerrrear convencional”. Duas características distinguiriam o guerrrear irregular do guerrrear convencional: sua intenção seria “... erodir a legitimidade de uma autoridade política e influenciar ou exaurir seus recursos e vontade – ao invés de derrotar suas forças armadas –, ao mesmo tempo sustentando a legitimidade, a influência e a vontade das entidades amigas engajadas na luta”; e o fato de que “os instrumentos não-militares de poder são mais proeminentes porque o instrumento militar, por si só, seria insuficiente para alcançar os objetivos desejados” (US Army, 2022, p. 1-9).

2.2.2 O contínuo de competição

Enquanto no FM 3-0 2017 se falava num “contínuo do conflito”, o FM 3-0 2022 fala de “contínuo de competição”: “Ao invés de um mundo ou em paz ou em guerra, o contínuo de competição descreve 3 categorias amplas de relacionamentos estratégicos – cooperação, competição aquém do conflito armado e conflito armado”, encurtada para competição (US Army, 2022, p. 1-14). Mas, como, de acordo com o documento, a cooperação “... é geralmente conduzida junto a um aliado ou parceiro em oposição a um adversário ou inimigo”, a cooperação é então considerada como parte da competição. Como as forças terrestres enfrentam desafios específicos característicos da “transição entre competição e conflito armado”, o FM 3-0 2022 acrescenta a crise como um dos contextos estratégicos do Exército dos EUA (US Army, 2022, p. 1-14).

A competição é o contexto estratégico em que “... dois ou mais adversários estatais ou não-estatais têm interesses incompatíveis, mas nenhum deles quer o conflito armado”. Nessa situação:

“Estados-Nações [sic] competem entre si empregando todos [sic] os instrumentos do poder nacional para obter e preservar vantagens que os ajudam a atingir seus objetivos. Baixos níveis de força letal podem fazer parte da competição aquém do conflito armado. Adversários frequentemente empregam capacidades do ciberespaço e guerrrear informacional para destruir ou perturbar de modo a interromper o funcionamento de infraestrutura, interferir em processos governamentais e conduzir atividades de modo tal que não levem os Estados Unidos e seus aliados a responder com a força.” (US Army, 2022, pp. 1-14 a 1-15).

Crise é entendida como:

“... um incidente ou situação que surge e envolve uma possível ameaça aos Estados Unidos, seus cidadãos, forças militares ou interesses vitais que se desenvolve rapidamente e cria uma condição de importância diplomática, econômica ou militar de tal ordem que faz com que o emprego de forças e recursos militares sejam contemplados de modo a atingir objetivos nacionais ou estratégicos” (US Army, 2022, p. 1-15).

O conflito armado “... ocorre quando um ator estatal ou não-estatal emprega força letal como o meio principal para satisfazer seus interesses” (US Army, 2002, p. 1-15), e pode ir do guerrear irregular ao convencional ou combinações de ambos.

2.2.3 Ambiente operacional, informações e guerrear informacional

Outra mudança significativa relaciona-se à caracterização do ambiente operacional. Embora no FM 3-0 2022 a definição de ambiente operacional seja praticamente a mesma, não há mais qualquer menção ao ambiente informacional. O ambiente operacional:

“...inclui porções dos domínios terrestre, marítimo, aéreo, espacial e do ciberespaço, entendidos a partir de três dimensões (humana, física e informacional). Os domínios terrestre, marítimo, aéreo e espacial são definidas por suas características físicas. O ciberespaço, uma rede de redes feita por humanos, transita e conecta os outros domínios (...)” (US Army, 2022, p. 1-16).

Não houve mudanças nos entendimentos dos domínios, incluindo o ciberespaço (US Army, 2022, p. 1-20). A *dimensão física* do ambiente operacional é definida como “... as características e capacidades materiais, tanto naturais quanto manufaturadas, dentro de um ambiente operacional.” (US Army, 2022, p. 1-21). A *dimensão informacional* seria “... o conteúdo, os dados e os processos que indivíduos, grupos e sistemas de informação usam para se comunicar”, contendo “... a informação em si mesma, incluindo texto e imagens”, e inclui “... o fluxo e as vias da informação” (US Army, 2022, p. 1-22). A *dimensão humana* “...abrange pessoas e a interação entre indivíduos e grupos, como entendem informação e eventos, tomam decisões, geram vontade, e agem dentro de um ambiente operacional” (US Army, 2022, p. 1-22).

O FM 3-0 2022 enfatiza a importância do emprego da informação para o Exército dos EUA:

“As forças do Exército também usam informação para aumentar os efeitos da força física destrutiva ou disruptiva para criar efeitos psicológicos que quebram o moral, causam erro humano e aumentam incerteza. (...) O emprego de informação para confundir, manipular ou ludibriar pode induzir as ameaças a agir de maneiras que as tornam mais vulneráveis à destruição das forças do Exército. Empregar criativamente a informação pode permitir às forças do Exército obter surpresa, fazer com que as forças inimigas aloquem mal ou dispendam poder de combate, ou induzi-las a erro quanto à força, prontidão, localização e missões desejadas das forças amigas” (US Army, 2022, p. 2-5).

O FM 3-0 2022 insiste em que essas atividades realizadas pelo Exército dos EUA são distintas do guerrear informacional, que continua entendido como sendo realizada apenas pelas ameaças – inimigos ou adversários. Em particular, “... ameaças de porte semelhante ao dos EUA conduzem

guerrear informacional agressiva e continuamente para influenciar populações e tomadores de decisão” (US Army, 2022, p. 2-7), inclusive em situações de competição e de crise. O guerrrear informacional é entendido como “... o emprego de atividades de informação (como operações no ciberespaço, guerrrear eletrônico e operações psicológicas) orquestrado por uma ameaça para atingir objetivos.” (US Army, 2022, p. 2-7). Assim como na versão anterior, destaca-se que as ameaças de porte semelhante ao dos EUA “... empregam informação falsa, desinformação, propaganda e informação chocante para criar dúvidas, confundir, ludibriar e influenciar tomadores de decisão, forças e audiências-alvos dos EUA e seus parceiros”, com o acréscimo de que as ameaças de porte semelhante ao dos EUA podem usar o guerrrear informacional para “... destruir capacidades essenciais baseadas em rede, como infraestrutura econômica, comunicações privadas e governamentais e malhas elétricas” (US Army, 2022, p. 2-8).

Alguns dos meios empregados pelas ameaças de porte semelhante ao dos EUA identificados pelo FM 3-0 2022 são os mesmos identificados do FM 3-0 2017: operações no ciberespaço; gestão de percepções; despistamento; guerrrear eletrônico; destruição física. Entretanto, a segurança de operações saiu da lista, e entraram o “guerrear político” (*political warfare*); o “guerrear legal” (*legal warfare*); e o emprego de agentes atuando como interpostas pessoas (*proxies*) e atores não-estatais (US Army, 2022, p. 2-8).

3 ARCABOUÇO CONCEITUAL PARA DISCUSSÃO CRÍTICA DO ENQUADRAMENTO DOUTRINÁRIO DAS ATIVIDADES DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.1 GUERRA

Segundo Clausewitz: “*A guerra é, portanto, um ato de força para obrigar o oponente a submeter-se à nossa vontade*” (Clausewitz, 1984: 75). Do ponto de vista de sua finalidade, trata-se de fazer com que um adversário aja da maneira como queremos, independentemente do que ele queira fazer. Isso pode ser conseguido de diversas maneiras: pela persuasão, pela negociação, ou oferecendo-lhe uma compensação em espécie, serviço ou financeira, ou impondo-lhe um custo, como a negação do acesso a um benefício, ou uma demissão etc.; ou então pela força, de modo a subjugar sua resistência. *É essa última forma de levá-lo a submeter-se que se entende por guerra: os meios próprios da guerra são as forças físicas, a capacidade de infligir danos ao adversário.* Outras formas podem ocorrer junto com a guerra, e podem até ser afetadas por ela, mas, em si mesmas, são distintas dela. Se o adversário não cede antecipadamente, ele também vai ter que lutar; mas, se ele cede antecipadamente porque antecipou mentalmente o resultado da luta, o fato de a luta não ter ocorrido de fato não altera o fato de que *sua decisão ocorreu porque a luta foi travada em sua mente.* Assim, a atividade que caracteriza a guerra é a luta, o combate (*Kampf*, em alemão), *a atividade de combater* – mesmo quando ela só ocorre na mente de quem decide. Portanto, os principais conceitos, processos e fenômenos devem ser identificados e qualificados com base na sua relação com a atividade de combater.

Assim, *do ponto de vista dos Estudos Estratégicos como aqui entendidos*¹¹, a ideia de

¹¹ Como dito antes, esta não é a única perspectiva. Do ponto de vista do Direito Internacional, por exemplo, há inúmeras outras qualificações exigidas para que se identifique a ocorrência de uma guerra – alguns, talvez, tenham caído em desuso. Mas caracterizações como “guerras interestatais”, “guerras intraestatais”, “guerra civil”, “guerra assimétrica” e outras, mesmo quando empregadas fora de um debate jurídico, só fazem sentido quando informadas – ou talvez contaminadas – por ideias provenientes do mundo jurídico, incorporadas inadvertidamente, sem consciência dessa ambiguidade.

guerra inclui até mesmo lutas entre dois indivíduos que combatam empregando punhos, pés, unhas e dentes. Nada há nesse conceito que restrinja a atividade a “Estados Nacionais posteriormente ao Tratado de Vestfália” ou fórmulas jurídicas semelhantes. Por importantes que sejam para a conformação das decisões políticas e para formulações doutrinárias, tais considerações jurídicas são externas ao fenômeno. Além disso, *quaisquer situações em que haja a possibilidade emprego de força física para coagir ou dissuadir a ação de outrem são, do ponto de vista conceitual, analisáveis a partir das mesmas categorias utilizadas para a discussão da guerra, e estão incluídas então nessa mesma categoria geral “guerra”*.

3.2 FORÇAS MORAIS, TRINDADE ESQUISITA E CENTROS DE GRAVIDADE

A permanente reavaliação do curso a seguir à luz dos resultados alcançados e dos sacrifícios realizados para alcançá-los envolve diversos fatores. Um deles está relacionado às expectativas acerca da possibilidade de alcançar os objetivos, ou alguns deles, e de quais os sacrifícios necessários esperados para alcançá-los. Um aspecto importante dessa expectativa relaciona-se à disposição das forças em continuar lutando, tendo em vista uma série de fatores psicológicos. Por isso, apesar de o que distingue a guerra como atividade humana, em termos de seus meios, ser o emprego ou a possibilidade de emprego da força física, esses fatores psicológicos – na linguagem da época, “forças morais” – sempre estão presentes. Outro fator é a disposição da sociedade de continuar bancando os sacrifícios para viabilizar a continuação do esforço – o que também compõe, do lado da sociedade, o fenômeno das forças morais ou psicológicas. Por fim, existe a avaliação acerca da oportunidade de prosseguir os esforços, ou seja, o valor, a importância, a utilidade, os benefícios a advirem do eventual alcance dos objetivos ou de alguns deles, à luz dos sacrifícios esperados e das eventuais mudanças na disposição da sociedade em arcar com eles; essa avaliação é tipicamente considerada pelas lideranças políticas principais.¹²

A partir daí, Clausewitz sustenta que, para cada lado, a guerra seria uma “trindade esquisita”¹³ composta por um equilíbrio (que pode variar ao longo do tempo) entre as forças (contemporaneamente, as Forças Armadas), as lideranças políticas (ou “governo”) e a sociedade (ou “povo”). Dependendo das características desse equilíbrio, o emprego mais eficaz da força pode ser dirigido primordialmente a um dos elementos da trindade: o *centro de gravidade*, o ponto ótimo para o emprego da força, pode ser, conforme a situação, a capacidade de lutar; a disposição da sociedade em bancar a luta; ou a percepção das lideranças acerca do valor ou da oportunidade de continuar perseguindo aqueles objetivos. A tendência predominante é atuar diretamente sobre as forças, pois um enfraquecimento significativo delas é a melhor garantia de que o oponente não conseguirá alcançar seus objetivos às nossas custas; mas não é a única possibilidade, e é muito custosa, além de não estar realisticamente disponível para um lado substancialmente mais fraco que seu oponente. É possível influenciar governos e populações de diversas maneiras; mas o que caracteriza a guerra é que essa tentativa de influenciá-los é feita a partir do emprego da força física – que pode ou não ser apoiada por esforços de outro tipo.

¹²Note-se que, em sociedades com baixo grau de divisão social do trabalho, as mesmas pessoas lutam, sustentam a luta e decidem sobre como conduzi-las; ou seja, os três tipos de consideração são feitos pelas mesmas pessoas; mas continuam sendo feitas. A sugestão de que, por causa dessa ideia de “trindade”, a teoria clausewitziana da guerra pertenceria exclusivamente ao mundo dos Estados Nacionais pós-Vestfália é inteiramente impeciente.

¹³O termo em alemão é *wunderliche*.

3.3 GUERREAR, INTELIGÊNCIA E COMUNICAÇÕES

Embora as ideias exploradas a seguir não pertençam *intrinsecamente* à ideia de guerra, elas na prática fazem parte do “guerrear”. Há várias delas, podendo-se arguir que as mais importantes seriam a ideia de armamento; a ideia de logística; e as ideias associadas de inteligência; comando e controle; e comunicações. Como o foco desse artigo é sobre atividades relacionadas à informação e ao guerrear informacional, por razões de espaço, as ideias de armamento e de logística não serão tratados aqui.

3.4 INTELIGÊNCIA, COMUNICAÇÕES E COMANDO E CONTROLE

As atividades voltadas para a *obtenção, processamento, análise, armazenamento e difusão* dessas informações (e para *negar* informações a outrem) são cruciais na condução da guerra. Essas informações são de diversos tipos: (i) informações sobre as forças que poderão ser empregadas pelo oponente num determinado enfrentamento, ao longo de sua duração estimada, bem como sobre o ambiente em que o enfrentamento ocorre ou ocorrerá; (ii) informações sobre o total das forças à disposição do oponente, imediatamente ou ao longo da duração da guerra, que poderão ser usadas em enfrentamentos futuros e sobre as características do teatro em que se desenrolarão as atividades; e ainda (iii) sobre os objetivos do oponente e seus potenciais aliados, qual seu grau de comprometimento com a guerra, quanto de sacrifício estaria disposto a fazer para alcançar seus objetivos, por quanto tempo, o que poderia alterar essa disposição, qual o grau de coesão entre as lideranças quanto à guerra, em que medida a população apoia ou não as hostilidades, o que poderia alterar esse apoio e outras questões semelhantes. Essas informações (ou as informações falsas que se quer levar a um adversário) têm que ser armazenadas para que possam ser consultadas quando necessário, e têm que chegar a seus destinatários; vale o mesmo para um outro grupo de informações, que são as relacionadas diretamente ao funcionamento da cadeia de comando, ou seja, as de *comando e controle*.

Se essas atividades são importantes, adversários tentarão impedir que sejam realizadas a contento, ou tentarão confundir-las com informações falsas. Tentativas de obter, impedir, inviabilizar, atrasar ou distorcer informações podem envolver diretamente a possibilidade de dano físico, destruição ou morte. Num mundo em que ainda não existiam telecomunicações, interceptar um mensageiro ou tentar subtrair-lhe a correspondência quando dormindo ou com a atenção voltada para outra atividade envolvia a possibilidade de que ele reagisse de alguma forma, e podia ser necessário dispor de uma força que evitasse ou neutralizasse sua reação – o que podia inclusive ensejar que o mensageiro fosse acompanhado por alguma escolta armada. Num mundo em que não existiam sensores para obter informações a longa distância, em plataformas móveis ou instalações fixas, as informações teriam que ser obtidas mediante alto risco para aqueles que as fossem buscar, o que também ensejaria a oportunidade de ação adversa armada para neutralizá-la, e eventualmente a alocação de forças para proteger a atividade de obtenção. Em tais situações, era possível que enfrentamentos ocorressem ao tentar obter, adulterar e proteger informações ou ao transmitir, impedir a transmissão, proteger a transmissão ou adulterar mensagens (inclusive as relacionadas a comando e controle); o perigo de injúria séria ou morte por confrontos era inerente à realização daquelas tarefas. Entretanto, essas atividades não eram chamadas de “guerrear informacional” ou de “guerra informacional”.¹⁴

¹⁴ A equivalência entre as atividades realizadas por meio das comunicações entre computadores e essas outras realizadas antes da existência de tais equipamentos é também destacada por Rid (2013), de maneira bastante convergente à exposta aqui.

3.5 COMUNICAÇÃO DE MASSA E PROPAGANDA¹⁵

O desenvolvimento de transportes, comunicações (incluindo as telecomunicações e a comunicação de massa), sensores e computadores¹⁶ modificou drasticamente as condições de realização das atividades relacionadas à informação e à comunicação, inclusive na guerra. As comunicações com fio permitiram a transmissão bem mais rápida de informações, diminuindo ou eliminando as oportunidades para enfrentamentos relacionados às ações de ou contra mensageiros; permitiram também novas maneiras de interromper e de interceptar aquelas informações, com muito menor risco para as pessoas que as realizavam. O uso do espectro eletromagnético para obtenção de informações e sua transmissão; a proliferação do registro de imagens; e novas plataformas para sensores e transmissores multiplicaram as oportunidades de produção e circulação de informações, e ampliaram as possibilidades de interceptação e de despistamento – com muito menos risco para as pessoas que as realizam¹⁷.

A confluência desses desenvolvimentos com a generalização da alfabetização e o consumo de massa levou ao surgimento da comunicação de massa e da cultura de massa: as grandes empresas jornalísticas, as indústrias cinematográfica e fonográfica, a radiodifusão e a televisão. Até então, a única forma de comunicação em maior escala existente, os jornais, era caracterizada por veículos eminentemente locais e regionais, com circulação restrita, fazendo com que não compensasse empregar grandes esforços diretamente junto à população – que, de resto, não era amplamente alfabetizada. Com a mudança, tornou-se praticável levar informações (verdadeiras ou falsas) – inclusive com imagens – diretamente à população do oponente, sem intermediação de governos, furando bloqueios impostos por censores. Era possível, ainda, convencer ou aliciar repórteres ou editores nas grandes empresas jornalísticas, ou até mesmo “plantar” jornalistas com o objetivo de divulgar informações de interesse próprio. Tornou-se possível explorar tensões, incertezas e desconfianças entre o público do adversário e entre este e suas lideranças políticas. Dito de outro modo: tornou-se mais viável concentrar esforços na disposição de lutar das sociedades, tanto as próprias quanto as dos oponentes; *os públicos se tornaram mais viáveis como centros de gravidade*. Não é por acaso que o Século XX assistiu ao surgimento e à consolidação da publicidade e da propaganda, e da propaganda de guerra em especial.

Aquilo que hoje é conhecido como *propaganda*¹⁸ – “... a tentativa deliberada de persuadir pessoas a pensarem e se comportarem do modo desejado” (Taylor, 2003, p. 6) – não é um fenômeno recente. Como destacado por Taylor (2003), pinturas, poemas épicos, estelas de reis e construções monumentais eram também obras de propaganda, do tipo menos imediatista, de efeitos demorados e duradouros; por sua vez, parte das atividades de profetas, arautos, menestréis, sacerdotes, oráculos, os discursos e arengas antes de batalhas ou marchas também são formas de propaganda mais imediata, voltadas para situações específicas. Essas duas formas são voltadas principalmente para os públicos

¹⁵ Essa seção baseia-se fortemente em Diniz (2023a; 2023b).

¹⁶ Smil (2005; 2006); Mazarr et al. (2019).

¹⁷ Rid (2013) também destaca esse aspecto de que as atividades relacionadas a informações e comunicações por meio de telecomunicações e da comunicação entre computadores enseja muito menos oportunidades de danos físicos para os agentes envolvidos.

¹⁸ O termo *propaganda* começa a ser empregado durante a Contra-Reforma, quando o Papa Gregório XV estabeleceu a *Sacra Congregatio de Propaganda Fide* (Sagrada Congregação para a Propagação da Fé). Como bem destacado por Welch, o termo foi posteriormente empregado “... para qualquer organização voltada para a difusão de uma doutrina, depois para a doutrina propagada e, por fim, aos métodos empregados para realizar a disseminação” (Welch, 2014).

próprios, de modo a fazer com que as pessoas lutassem ou apoiassem a luta¹⁹. A propaganda dirigida ao inimigo, que Taylor (2003, p. 8) chama de *guerrrear psicológico (psychological warfare)*²⁰, tendia a ser mais restrita e imediata – por exemplo, no cerco a cidades ou fortalezas, ou na iminência de um combate –, em função das dificuldades práticas de acesso direto às forças ou populações adversas, e do pouco resultado esperado: é amplamente reconhecido que a propaganda é bem mais eficaz quando empregada para reforçar opiniões e crenças que suas audiências já têm (Welch, 2014; Ellul, 1973).

Porém, na I Guerra Mundial é que a propaganda foi empregada de maneira organizada, profissional, científica (Welch, 2014). Atuar nesse contexto exigia significativa especialização técnica e investimento de recursos organizacionais. Boa parte desse esforço acarretava riscos baixíssimos para aqueles que os realizavam. Após a guerra, entretanto, investigações revelaram falsidades (principalmente pela divulgação de meias-verdades e exageros e pela censura à circulação de informações indesejadas e menos por invenção pura e simples de mentiras) e manipulações de tal ordem que geraram um enorme mal-estar com a ideia de propaganda (Miller, 2004); a desconfiança se tornou tão grande que, quando os primeiros relatos de atrocidades cometidas pelos nazistas começaram a circular, houve relutância do público a aceitá-los (Taylor, 2003, p. 197). No idioma inglês, o termo ficou tão contaminado pela ideia de falsidade que se tornou pejorativo. Vários eufemismos surgiram para designar atividades que empregam comunicação para “persuadir as pessoas a pensarem e agirem da maneira desejada” – isto é, propaganda: “*De fato, termos como guerrrear informacional, diplomacia pública, engajamento global, gestão de percepções e comunicação estratégica foram utilizados como descritores para as abordagens cada vez mais sofisticadas e organizadas da gestão do espaço informacional.*” (Robinson, 2014).

Sem dúvida, com as telecomunicações e consumo de massas, extensão da participação política pelo voto e a expansão da alfabetização, novas maneiras de afetar os públicos, próprios e adversários, impactando na guerra, tornaram-se disponível a governos e forças.

3.6 REDES DE COMPUTADORES, PLATAFORMAS DE MÍDIAS SOCIAIS E O GUERREAR INFORMACIONAL ²¹

A partir dos anos 1990, outros fenômenos novamente alteraram significativamente o ambiente informacional:

- Surgiram os canais de TV dedicados 24 horas por dia a notícias, com a competição pelos “furos” desincentivando a corroboração de informações;
- A disseminação dos computadores aumentou a quantidade de informação armazenada e disponível, e reduziu os tempos de processamento;

¹⁹ As formas mais demoradas e duradouras também estavam voltadas para populações recentemente subjugadas, de modo a desencorajá-las a resistir e, ao longo do tempo, fazer com que compartilhassem as perspectivas, valores, conhecimentos e tradições da sociedade que os subjugara.

²⁰ O emprego mais corrente dessa expressão não é exatamente igual à definição que lhe é dada por Taylor. Às vezes, ele é reservado, pelo menos atualmente, para atividades conduzidas por forças contra as forças ou a população hostis, com um alcance bem mais imediato e circunscrito; a tentativa de persuasão voltada para a população em geral é frequentemente descrita por eufemismos como *guerrrear político (political warfare)*, *comunicação estratégica*, *diplomacia pública* etc. Por isso é que, em alguns documentos doutrinários dos EUA, por exemplo, a expressão *operações psicológicas* foi substituído por *operações militares de apoio informacional* (MISO, da sigla em inglês) quando realizadas pelas forças dos EUA e parceiras, ficando a expressão *operações psicológicas* reservada para as atividades semelhantes realizadas pelas “ameaças” (no sentido doutrinário vigente).

²¹ Essa seção baseia-se fortemente em Diniz (2023a; 2023b).

- A digitalização de imagens e de sons facilitou e barateou a sua produção, armazenamento e circulação;
- A onipresença da Internet barateou a transmissão de mensagens e informações, redefiniu as necessidades de seu armazenamento, multiplicou as interações e transações eletrônicas e a distância, inicialmente com textos, e posteriormente também com sons e imagens digitalizados;
- A Internet reconfigurou também várias atividades, com destaque para o comércio, as finanças, o jornalismo e a publicidade;
- Redes privadas reorganizaram os acessos a dados e as comunicações internas das organizações;
- Novos sensores multiplicaram, por várias ordens de grandeza, a quantidade de informações a serem armazenadas, processadas e analisadas;
- Surgiram as plataformas de mídias sociais, facilitando interações baratas e praticamente instantâneas entre pessoas em praticamente qualquer lugar do planeta;
- O acesso a redes de computadores por telefonia móvel e o surgimento dos *smartphones* potencializaram esses acessos, interações e transações;
- O desenvolvimento da Inteligência Artificial viabilizou procedimentos de categorização e recomendação com graus até pouco tempo atrás inimagináveis de segmentação do público;
- Assim, a produção e a circulação de informações em toda a parte do mundo em que vigem essas condições modificaram-se substancialmente, alterando significativamente a circulação de ideias e os debates sobre elas.

Esse ambiente informacional se caracteriza pela extraordinária descentralização das atividades informacionais: produção, armazenamento, processamento, análise, difusão e seleção das informações a que cada indivíduo opta por se expor – deliberadamente, ao aderir voluntariamente a um canal ou ao seguir um influenciador, uma organização ou, na verdade, a qualquer pessoa; ou, inconscientemente, ao fazer opções que são registradas e analisadas, permitindo a elaboração de um perfil a partir do qual as plataformas selecionarão as informações, notícias, propagandas ou até mesmo mensagens de contatos que serão mostrados prioritariamente ao usuário. Do ponto de vista da condução da guerra, essa descentralização tem uma consequência peculiar: enquanto as mudanças anteriores atuaram no sentido de facilitar o acesso aos públicos adversários de modo a tentar solapar sua disposição de sustentar a luta ou de minar sua confiança nas lideranças políticas e combatentes, esse ambiente informacional intensamente descentralizado atua no sentido contrário. Plataformas podem bloquear conteúdos; plataformas sediadas em outros países têm grande facilidade para não atender a demandas de outros governos; indivíduos podem filtrar conteúdos; o enfraquecimento da credibilidade das grandes organizações de notícias, e a crise de seus modelos de negócios, implicou uma desvalorização relativa das informações produzidas e/ou veiculadas por elas, e aumentou a credibilidade das informações provenientes de outras fontes, por menos qualificadas que possam ser. Se já havia antes uma tendência de privilegiar mensagens provenientes de fontes familiares e que confirmam opiniões prévias, aquela tendência foi potencializada pelo novo “balanço de credibilidade”,

com ampla desvantagem para governos e lideranças adversos²², e vantagem para o relacionamento entre governos e populações. Se as mudanças anteriores possibilitaram que as populações se tornassem os alvos principais dos esforços, as novas realidades desfavorecem a propaganda centralizada dirigida a um público muito amplo – embora sejam muito mais adequadas à propaganda voltada para nichos específicos, dada sua alta capacidade de segmentação.

Essas mudanças reforçaram a outra tendência relativa às atividades informacionais na guerra: a realização da imensa maioria dessas atividades acarreta risco mínimo ou nenhum para os indivíduos que as realizam – a não ser que as plataformas e as instalações em que algumas daquelas atividades são realizadas sejam atingidas; mas, em tais situações, o problema é de proteção de instalações, e não um risco inerente à realização da atividade. Em outros casos, plataformas, instalações e outros componentes da infraestrutura material do ambiente informacional funcionam regularmente sem a presença, ou presença apenas circunstancial, episódica, de seres humanos, como no caso de satélites, da imensa maioria das estações de rádio base, ou de cabos submarinos de conexão de Internet. A informação armazenada em dispositivos eletrônicos conectados à Internet pode ser acessada e/ou adulterada sem que o agente que a esteja acessando se exponha a risco de injúria física. A proteção contra esse tipo de atividade também não expõe seus agentes ao risco de injúria física. Vale o mesmo para a informação transmitida por sinais elétricos ou rádio.

A exceção é quando a informação tem que ser obtida mediante algum tipo de intrusão envolvendo seres humanos – por exemplo, quando uma ou mais pessoas tentam acessar presencialmente uma área, uma instalação, um arquivo para obter informação sobre eles ou contida neles; ou quando uma aeronave tripulada adentra um determinado espaço para obter algum tipo de informação. Nesses casos, a realização da atividade envolve o risco de morte ou dano físico significativo. Nada disso se aplica, porém, a atividades de propaganda conduzidas a distância e nem a atividades realizadas no “ciberespaço”. Boa parte das atividades informacionais hoje carece do atributo fundamental da atividade bélica: a produção e a exposição ao risco de dano físico, injúria permanente ou morte decorrente do confronto entre forças físicas. Não obstante, precisamente essas atividades menos expostas à característica fundamental da guerra vieram a ser designadas recorrentemente (embora não universalmente) como “guerrear” ou “guerra”: “guerra eletrônica” ou guerrear eletrônico; “ciberguerra”, “guerra cibernética”; “guerra psicológica”; e “guerra informacional” ou “guerrear informacional”²³. Isso é ainda mais surpreendente porque, ao contrário das atividades combatentes propriamente ditas – em que horas e mais horas de treinamento, estudo, prática e exercícios são voltados para atividades que têm nenhum ou quase nenhum emprego fora do combate –, naqueles tipos de atividades, as principais competências cognitivas e comportamentais são basicamente as mesmas exigidas para atividades semelhantes executadas em atividades empresariais, sociais e até individuais fora do mundo do combate. Mesmo atividades de engenharia tendem a ser mais especializadas para as forças armadas em relação a suas contrapartes civis do que as atividades informacionais; não obstante, ninguém fala em “guerra” ou “guerrear” “de engenharia” (ou “engenharial”).

²² Essa caracterização teve que ser feita de maneira necessariamente sucinta, infelizmente. Remete-se o leitor para os ensaios de Diniz (2023a; 2023b) para mais detalhes.

²³ Novamente, reitero a importância da análise metódica feita por Rid (2013) a respeito da drástica redução de potencial de dano por emprego de força física característica do atual ambiente informacional, bem como sua discussão da inadequação dos conceitos de “*cyberwar*”, “*cyber warfare*”, “*cyber space*” e, mais interessantemente ainda, de “*cyber space*” como um “quinto domínio” (Rid, 2013, especialmente pp. 163-174).

4 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DOUTRINÁRIOS À LUZ DO ARCABOUÇO CONCEITUAL

4.1 GUERRA E O “CONTÍNUO DE COMPETIÇÃO”

No FM 3-0 2022, há um contínuo e progressivo desviar-se, desde a citação original de Clausewitz até a definição formal de guerra do manual como “... *um estado de conflito armado entre diferentes nações, entidades semelhantes a Estados ou grupos armados para atingir objetivos de política*”; para, em seguida, substituir a ideia de “conflito armado” por “emprego de violência” e identificar como seus três elementos: ser um empreendimento humano; inerentemente caótico e incerto; e lutado para atingir um propósito político – sem incluir, portanto, a ideia de conflito armado ou mesmo de emprego de violência como um dos elementos; e, por fim, esclarecer que “...*nem toda violência para ganho político causa uma guerra*”. Essa deriva de definições traz imediatamente alguns problemas.

Ao dizer que nem toda violência para ganho político está relacionada à guerra, *contradita-se* a afirmação anterior, segundo a qual o que distinguiria a guerra de outras atividades humanas seria a ameaça ou emprego de violência para atingir propósitos políticos. Essas duas afirmações são mutuamente contraditórias. A contradição não seria resolvida jogando o foco em “causar uma guerra”; o que se disse antes não é que a ameaça ou o emprego de violência para atingir propósitos políticos *causariam* uma guerra, mas sim que *são o que distingue a guerra* de outras atividades humanas. Por outro lado, enfatizar a ideia de “causa” também significa contradizer a afirmação anterior, pois, nesse caso, para que a formulação faça algum sentido, a guerra teria que ser um *efeito* do emprego de violência para fins políticos, e, portanto, tem que ser algo distinto daquilo – implicando, obviamente, que *não é nem pode ser* “a ameaça ou emprego de violência para atingir propósitos políticos” o que “*distingue a guerra no contexto militar de outras atividades humanas*”. Assim, temos um problema significativo de *inconsistência interna*, independentemente do entendimento que se possa ter de guerra. O que o FM 3-0 2022 nos apresenta são dois entendimentos de guerra mutuamente excludentes, contraditórios entre si.

Outro problema é que, ao caracterizar “ataques no ciberespaço” como “um novo tipo de violência”, “de nível baixo”, a ideia de violência começa a ser descaracterizada, tornando-se praticamente inútil como elemento distintivo²⁴. Há outros empregos correntes do termo “violência”, pertinentes em outros contextos – por exemplo, injúrias verbais ou comportamentos abusivos como “violência psicológica”; mas, sem o risco de morte ou dano físico incapacitante a seres humanos, a ideia de guerra passa a incluir qualquer tipo de conflito em que haja algum grau de agressividade envolvido, e qualquer disputa pode ser caracterizada como “guerra”.

Por fim, resta ainda o problema de que os “baixos níveis” e “novos tipos de violência” referidos no FM 3-0 2022 não “*disparam [trigger] respostas militares significativas*”. O que seria “resposta militar”? (i) uma resposta conduzida por uma organização militar ou (ii) uma resposta que envolva o emprego de força física? Se (i), não há por que imaginar que, por exemplo, respostas típicas das atividades no “ciberespaço” não sejam consideradas significativas; se (ii), não há por que supor que, por exemplo, um ataque de *malware* deva ser respondido com, digamos, um bombardeio ou uma salva de mísseis.

Tendo em vista os propósitos doutrinários, faria muito mais sentido, no contexto dessa

²⁴ Também aqui, remetemos o leitor a Rid (2013, particularmente o capítulo 2) para uma discussão lúcida e aprofundada.

discussão, ser rigoroso no emprego do termo “violência”, distinguindo-o de seu emprego corrente; fora isso, esse emprego é mais afeito à propaganda, e não ao pensamento rigoroso. É razoável concluir que essa confusão referente a violência, uso da força, conflito armado é que levou à mudança salientada anteriormente, da ideia de um “contínuo do conflito” que iria da paz até a guerra – em que a distinção entre paz e guerra já ficava obscurecida – para a de um “contínuo de competição” em que até mesmo as ideias de paz e de guerra saem de cena. A ideia de que “baixos níveis de força letal podem fazer parte da competição aquém do conflito armado” é surpreendente, beirando o incompreensível: a ideia de que “baixos níveis de força letal” possam ser empregados está em manifesta contradição com a ideia que se trata de uma situação de competição “aquém do conflito armado”.

Essa ambiguidade e essa indistinção podem ter outros efeitos nocivos. Em função da intensidade potencial da ameaça existencial que situações de guerra trazem, as sociedades tendem a suspender ou enfraquecer restrições a comportamentos e atividades a que normalmente seus cidadãos estão sujeitos, concedendo maior liberdade de ação a governantes e combatentes no enfrentamento de situações tão perigosas. Aquelas restrições existem porque são percebidas como mais consistentes com valores sociais vigentes, e mais adequadas a preservá-los. Situações de guerra mudam o balanço entre perigos aos valores e o peso das restrições. A banalização da suspensão ou redução de limites e restrições pode pôr seriamente em risco aqueles valores – no mínimo pela regularidade de sua inobservância – e tende a ser socialmente malvista e contraproducente. Ao enfraquecer-se a distinção entre paz e guerra, a separação entre esta e a condução cotidiana da política internacional não fica clara (Libiseller; Milevski, 2021, p. 104), e dispositivos éticos e jurídicos que protegem valores sociais muito caros são postos em xeque (Echevarría, 2015).

4.2 GUERREAR

Quanto a como conduzir as atividades na guerra, o FM 3-0 2022 inicialmente identifica, como já visto, duas categorias: o guerrrear convencional e o guerrrear irregular, sendo este distinto do primeiro por seus propósitos (erodir legitimidade preservando a própria, influenciar e exaurir recursos preservando os próprios, “*ao invés de derrotar suas forças armadas*”) e por seus meios (a proeminência dos meios não-militares). A pergunta é: o que significa “derrotar suas forças armadas”? É necessariamente destruí-las? Ou basta que seus líderes abram mão, parcial ou integralmente, de seus objetivos? Se não se tratar da segunda opção, os objetivos políticos ficariam em segundo plano, subordinados ao de “derrotar” (que, nesse caso, seria destruir) as forças armadas do oponente; mas, se se trata do segundo, a distinção entre guerrrear convencional e guerrrear irregular se reduziria à maior ou menor proeminência dos “instrumentos não-militares” – mas que, por outro lado, são também empregados em situação de guerrrear convencional. Aqui, também, aparece uma distinção que, nos termos apresentados, fica sem sentido e/ou contraria os entendimentos trazidos anteriormente.

4.3 GUERREAR INFORMATACIONAL, OPERAÇÕES INFORMATACIONAIS, ATIVIDADES INFORMATACIONAIS

No que concerne ao emprego de comunicações e de informações na guerra, a versão mais recente da doutrina do Exército dos EUA traz múltiplos termos fundamentalmente equivalentes ou distinções sem sentido, ou termos designando as mesmas atividades, mas com nomes diferentes, numa tentativa de desvincular essas atividades de suas conotações negativas quando aquelas são realizadas pelas forças próprias ou aliadas e estigmatizá-las quando realizadas pelos oponentes. Só isso explica

que, por exemplo, as mesmas atividades de “despistamento” e de “gestão das percepções” – um eufemismo para propaganda – sejam enquadradas como “guerrear informacional” quando realizadas pelas “ameaças” e como “operações informacionais” ou “busca de vantagens informacionais” quando realizadas pelos EUA e seus parceiros, ou que “operações no ciberespaço” sejam um “tipo de violência” quando cometido pelas ameaças, mas não quando cometidas pelas forças dos EUA e seus parceiros.

Para além desse jogo de cena verbal, há um problema adicional em termos conceituais. A ausência de risco de morte ou dano físico significativo intrinsecamente associado às atividades de propaganda realizadas a distância e às atividades realizadas em computadores torna inapropriada sua designação como “guerrear informacional”. A rigor, ações realizadas em ou entre computadores e que afetem apenas a disponibilidade, a integridade e o sigilo de informações armazenadas eletronicamente envolvem apenas a manipulação de fluxos elétricos de curta e de longa duração. Esses danos podem ter enorme impacto negativo sobre o oponente, mas incluem-se claramente no domínio tradicional da espionagem, da contraespionagem, da inteligência e da contrainteligência²⁵. A diferença é quando essas atividades redundam em algum dano físico: por exemplo, a adulteração de softwares de gestão de operação de maquinário pode levar a danos significativos ou mesmo à destruição dos equipamentos. Nesse caso, temos um caso claro de sabotagem, que, ao invés de ser executada pela ação encoberta de um grupo de indivíduos usando, digamos, explosivos contra equipamentos e instalações, temos a infiltração direta de instruções, podendo ser a distância — por meio da comunicação entre computadores — ou mais proximamente, quando um indivíduo insere, por exemplo, um dispositivo USB em um computador. O ponto aqui é que, caso essa ação seja conduzida por meio da comunicação entre computadores ou mesmo mais diretamente, *o dano a ser produzido não está num “nível mais baixo de violência”* do que se fosse conduzida por um grupo com explosivos: o dano em si estaria exatamente no mesmo grau – mas com bem menos potencial de dano para as pessoas físicas envolvidas (inclusive os alvos). O fato de ser realizada por meio da comunicação entre computadores ou por meio de um acesso direto é irrelevante.

Mesmo o termo “operações informacionais” é inapropriado, em função de sua forte associação com atividades de combate propriamente ditas. Desse modo, parece mais apropriado seguir uma pista do próprio FM 3-0 2022, ao esclarecer um ponto relacionado aos guerreares convencional e irregular:

“Essas categorias amplas [Nota: guerrear convencional e guerrear irregular – ED] descrevem as abordagens gerais do guerrear. Outras categorias visam a descrever os meios dominantes empregados numa aplicação particular da força, como, por exemplo, ‘guerrear informacional’ [information warfare], ‘guerrear cibernético’ [cyber warfare], ou ‘guerrear antissubmarino’ [anti-submarine warfare]. Nesses casos, os termos ‘guerrear’, ‘operações’ e ‘atividades’ são utilizados intercambiadamente”. (US Army, 2022, p. 1-8).

Por sua vez, embora uma *operação*, de acordo com o *DoD Dictionary*, seja “[u]ma ação militar ou a execução de uma missão militar estratégica, operacional, tática, de serviço, de treinamento ou administrativa” (Joint Chiefs of Staff, 2021, p. 159), seu entendimento principal, conforme o mesmo documento, é que se trata de “... uma sequência de ações táticas com um propósito comum ou tema unificador” (id., ibid.). Assim, ao invés de “utilizá-los intercambiadamente”, o mais adequado seria reservar os termos ‘guerrear’ e ‘operações’ para situações que envolvam combate propriamente

²⁵ Rid (2013) as classifica como atividades de sabotagem, espionagem e subversão.

dito – ou ‘atividades cinéticas’, no jargão hoje em voga –, e designando os outros tipos de ações pelo termo mais genérico atividades. Assim, seria mais apropriado falar de *atividades informacionais* e de *atividades cibernéticas*. Ressalte-se que isso já tem precedente doutrinário nos EUA: com efeito, o FM 3-13 2013 – cuja versão atualmente vigente, de 2016, é chamado de *Operações Informacionais*, assim como suas versões anteriores à de 2013 – era designado como *Atividades de Informe e Influência (Inform and Influence Activities)*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, foram analisadas as versões mais recentes das concepções doutrinárias do Exército dos EUA relacionadas à guerra, ao guerrear e ao que chamam de “guerrear informacional”, “operações informacionais” e “vantagens informacionais”. A análise revela inconsistências internas, mas também chama a atenção para o fato de que algumas das formulações pecam pela ausência de rigor de um modo bastante negativo, pois, ao invés de contribuir para maior clareza, parecem antes prejudicá-la; e, ao invés de expressar valores solidamente enraizados na sociedade estadunidense, parecem antes, sutilmente, desviarem-se deles – ainda que de maneira não intencional.

De toda essa análise, é possível avaliar que, além de seus propósitos doutrinários típicos – unificar entendimentos, facilitar a coordenação de atividades etc. –, certas formulações doutrinárias do Exército dos EUA têm atualmente um efeito propagandístico, ao:

- Ampliar demasiadamente o escopo das situações em que haveria menos restrições jurídicas a determinadas atividades;
- Multiplicar eufemismos, minimizando os significados negativos conotativamente associados à realização de determinadas atividades;
- E enfatizar as conotações negativas associadas a essas atividades, quando realizadas por outros atores, principalmente os hostis aos EUA e a seus parceiros.

Ao fazê-lo, corre-se o risco de comprometer a razão básica de ser das formulações doutrinárias, ou seja, evitar ambiguidades e unificar entendimentos. Além disso, uma eventual anuência societal, principalmente se juridicamente expressa, à expansão de atividades sujeitas a menos restrições embutiria, ao menos potencialmente, o risco de um enfraquecimento da proteção a determinados valores, até hoje tidos como muito caros à população estadunidense, e também a outros povos e países. A prudência recomendaria uma avaliação muito profunda desses riscos antes da adoção, imitação, importação ou aproveitamento desses entendimentos.

Como se trata de um texto crítico e de análise, houve-se por bem não propor formulações alternativas. Afinal, tratando-se de análise de formulações de doutrinas de contextos sociais mais distantes, a clareza com relação aos constrangimentos, por parte deste autor, é ainda menor. Porém, a intenção aqui é, principalmente, colaborar não tanto com os formuladores de doutrina do Exército dos EUA, mas com os formuladores de doutrina no Brasil, e no Exército Brasileiro em particular²⁶. É muito evidente que formulações doutrinárias das forças dos EUA são muito influentes, e por motivos facilmente compreensíveis. Nem por isso, essas formulações devem estar imunes ao crivo da análise criteriosa – na verdade, este é um motivo adicional, e da maior importância, para fazê-lo. Espera-se que o texto contribua para essas discussões.

²⁶ Esse texto foi produzido no contexto da atividade do autor como pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da 7ª Subchefia do Estado-Maior do Exército Brasileiro.

REFERÊNCIAS

- CLAUSEWITZ, Carl Von. *On War*. Edited and translated by Michael Howard and Peter Paret. Princeton (NJ), Princeton University Press, 1989.
- DINIZ, Eugenio, 2002. *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro, UFRJ, mimeo. (Doctoral Dissertation).
- Diniz, Eugenio. 2010a. “Epistemologia, história e estudos estratégicos: Clausewitz versus Keegan”. *Contexto Internacional* vol. 32 (1), pp. 39-90.
- Diniz, Eugenio. 2010b. “Clausewitz”. In: Medeiros, Marcelo de Almeida; Duarte Villa, Rafael; Costa Lima, Marcos; Reis, Rossana Rocha (orgs.). *Clássicos das Relações Internacionais*. São Paulo, Hucitec, pp. 152-184.
- Diniz, Eugenio. 2023a. “Mapeamento Preliminar da Trajetória das Discussões sobre ‘Ambiente Informacional’ e ‘Guerrear Informacional’”. *Análise Estratégica* 30 (3), pp. 69-97.
- Diniz, Eugenio. 2023b. “‘Guerrear informacional’ e atividades de influência no ambiente informacional contemporâneo: Uma avaliação preliminar.” *Análise Estratégica* 31 (4), pp. 61-82.
- Diniz, Eugenio; Proença Júnior, Domicio. 2014. “A Criterion for Settling Inconsistencies in Clausewitz’s *On War*”. *Journal of Strategic Studies* Volume 37, 2014 - Issue 6-7, pp. 879-902.
- Diniz, Eugenio; Proença Júnior, Domicio. s.d. *O fenômeno guerra*. mimeo.
- ECHEVARRÍA, Antulio. “How should we think about ‘Gray-Zone’ Wars?” *Infinity Journal*, 5: 1 (Fall), 2015. pp. 16-21.
- ELLUL, Jacques. 1973. *Propaganda: The Formation of Men’s Attitudes*. New York, Vintage Books.
- GILLAN, Kevin; PICKERILL, Jenny; WEBSTER, Frank. 2008. “The Information Environment of War”. *Sociology Compass* 2/6, pp. 1833-1847.
- Joint Chiefs of Staff. 2021. *Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms* Washington (DC), Department of Defense.
- LIBISELLER, Chiara; MILEVSKI, Lucas. “War and Peace: Reaffirming the Distinction”. *Survival*, 63 (1), February-March, 2021. pp. 101-111.
- MAZARR, Michael J.; BAUER, Michael Ryan; CASEY, Abigail; HEINTZ, Sarah Anita; MATTHEWS, Luke J. 2019. *The emerging Risk of Virtual Societal Warfare: Social Manipulation in a Changing Information Environment*. Santa Monica (CA), Rand Corporation.
- MILLER, Mark Crispin. 2004. “Introduction”. In: BERNAYS, Edward. 2004. *Propaganda*. New York, IG Publishing.
- Proença Jr., Domicio; Diniz, Eugenio; Raza, Salvador Ghelfi. 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Rid, Thomas. 2013. *Cyber War will not take place*. Oxford, Oxford University Press.

ROBINSON, Pers. 2014. “‘Telling it like it is’: Contemporary war, propaganda, media and the state.” In: WELCH, David (ed.). *Propaganda, Power and Persuasion: From World War I to Wikileaks*. New York, Tauris & Co. Ltd.

SCHUDSON, Michael. 2013 [1984]. *Advertising, The Uneasy Persuasion: Its dubious impact on American Society*. London, Routledge

Smil, Vaclav. 2005. *Creating the Twentieth Century: Technical innovations of 1867-1914 and their lasting impact*. Oxford, Oxford University Press.

Smil, Vaclav. 2006. *Transforming the Twentieth Century: Technical innovations and their consequences*. Oxford, Oxford University Press.

Taylor, Philip M. 2003. *Munitions of the mind: A history of propaganda from the ancient world to the present day*. Manchester (UK), Manchester University Press.

US Army. 2016. *Field Manual no. 3-13 — Information Operations*. Washington, DC, Department of the Army.

US Army. 2017. *Field Manual no. 3-0 — Operations*. Washington, DC, Department of the Army.

US Army. 2019. *Army Doctrine Publication no. 1-01 — Doctrine Primer*. Washington, DC, Department of the Army.

US Army. 2023. *Army Doctrine Publication No. 3-13 — Information*. Washington, DC, Department of the Army.

WELCH, David. 2014. “Opening Pandora’s Box: Propaganda, Power and Persuasion”. In WELCH, David (ed.). *Propaganda, Power and Persuasion: From World War I to Wikileaks*. New York, Tauris & Co. Ltd.